

Aumenta o número de pessoas atropeladas e mortas

Capital registra 169 vítimas nos cinco primeiros meses do ano e alta supera crescimento da frota

O número de mortes por atropelamento na cidade de SP alcançou o maior patamar para os cinco primeiros meses do ano desde 2017. Dados do Infosiga, sistema do Governo do Estado que monitora a letalidade no trânsito paulista, apontam que 169 pessoas perderam a vida após serem atingidas por veículos entre janeiro e maio de 2026.

O resultado coloca o período atual como o terceiro mais letal da série histórica iniciada em 2015. O total fica atrás apenas dos 215 registros contabilizados em 2015 e dos 174 casos observados em 2017.

Na comparação com os cinco primeiros meses de 2025, quando foram registradas 154 mortes, houve aumento de aproximadamente 10%. No mesmo intervalo, a frota de veículos da capital cresceu em ritmo menor, passando de 9,9 milhões para 10,1 milhões de unidades, avanço de cerca de 2%.

Os números reforçam a preocupação com a segurança dos pedestres, considerados os usuários mais

vulneráveis do sistema viário. O crescimento ocorre em um cenário de aumento da letalidade no trânsito paulistano como um todo.

Segundo a Prefeitura de São Paulo, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) mantém uma série de medidas voltadas à proteção dos usuários das vias.

Entre as ações destacadas pela administração municipal estão a implantação de áreas calmas, com limite máximo de velocidade de 30 km/h, a criação de rotas escolares seguras e a redução da velocidade permitida de 50 km/h para 40 km/h em 24 vias da cidade.

A gestão municipal também informou que ampliou o tempo de travessia para pedestres em diferentes cruzamentos, implantou mais de 10 mil novas faixas de pedestres, instalou travessias elevadas em pontos considerados estratégicos e promoveu a criação de minirrotatórias para melhorar a organização do tráfego.

Segundo a prefeitura, existe ainda um programa operacional volta-



Os dados são do Infosiga, sistema do Governo do Estado que monitora a letalidade no trânsito

do especificamente para vias com maior incidência de acidentes, com medidas direcionadas à redução de riscos e à prevenção de ocorrências.

Outra iniciativa mencionada pela CET são as chamadas frentes seguras para motociclistas, áreas demarcadas junto aos semáforos que posicionam as motos à frente dos demais veículos durante a espera pelo sinal verde. De acordo com a companhia, a medida também contribui para aumentar a visibilidade entre condutores e pedestres, ampliando as condições de segurança durante as travessias.

Especialistas em mobilidade urbana avaliam que os dados revelam desafios persistentes para a proteção dos pedestres na capital. Entre os fatores apontados estão a distância excessiva entre faixas de travessia, tempos semafóricos inadequados para quem caminha e a presença de vias largas que favorecem velocidades mais elevadas dos veículos.

Também há críticas à configuração de parte dos sistemas sema-

fóricos inteligentes implantados na cidade. Segundo essa avaliação, a priorização do fluxo de automóveis pode acabar reduzindo a segurança de quem precisa atravessar ruas e avenidas movimentadas.

Entre as medidas consideradas prioritárias por especialistas estão a ampliação do número de faixas de pedestres, a redução da distância entre travessias, a expansão das esquinas com desenho urbano voltado à diminuição do percurso de travessia, a redução da velocidade dos veículos em conversões e a revisão dos tempos dos semáforos.

Dois episódios ocorridos em maio chamaram atenção para os riscos enfrentados por pedestres na capital. No dia 5, duas pessoas foram atingidas por um veículo na região das avenidas Ipiranga e São João, no centro da cidade. Apesar da gravidade da ocorrência, não houve registro de mortes.

Já no dia 29, sete pessoas ficaram feridas após um automóvel invadir a calçada no bairro do Jaraguá.

Os dados também mostram que o número de mortes de pedestres se aproxima do registrado entre motociclistas, grupo que historicamente concentra a maior quantidade de vítimas fatais no trânsito paulistano. Entre janeiro e maio deste ano, 183 motociclistas morreram em acidentes na cidade.

Considerando todos os modos, a capital registrou aumento de 5,5% nas mortes no trânsito nos cinco primeiros meses de 2026. O total passou de 381 óbitos no mesmo período do ano anterior para 402 neste ano.

Pedestres e motociclistas concentraram 88% de todas as mortes registradas nas vias da cidade durante o período analisado. Enquanto a capital registrou aumento da letalidade, o cenário estadual foi diferente. No conjunto dos municípios, houve redução de 5,6% nas mortes no trânsito entre janeiro e maio na comparação com 2025.

Com informações da Folha de S.Paulo

Audiência na Câmara discute desafios do marco regulatório das organizações civis

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP

Representantes de organizações da sociedade civil, especialistas e parlamentares participaram de uma audiência pública realizada na Câmara de SP para discutir a aplicação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), conjunto de normas que estabelece regras para parcerias entre o poder público e entidades sem fins lucrativos. O encontro teve como foco os desafios enfrentados pelas instituições na execução de projetos de interesse público e na relação com os órgãos governamentais.

Durante o debate, participantes destacaram a importância do marco regulatório para garantir maior transparência, segurança jurídica e previsibilidade nos processos de contratação e prestação de contas das organizações. Também foram discutidos entraves burocráticos que

ainda dificultam a celebração e a manutenção de parcerias para oferta de serviços e políticas públicas.

O MROSC entrou em vigor com o objetivo de criar critérios mais claros para a relação entre administrações públicas e entidades da sociedade civil. A legislação define mecanismos para seleção de projetos, acompanhamento de resultados e fiscalização da aplicação de recursos públicos, substituindo modelos anteriores considerados menos padronizados.

Na audiência, participantes relataram experiências relacionadas à execução de convênios e termos de colaboração firmados com diferentes esferas de governo. Entre os temas abordados estiveram processos de prestação de contas, os prazos para análise de projetos e a necessidade de capacitação de gestores



O encontro teve como foco os desafios das instituições

públicos e de organizações para o cumprimento das exigências legais.

Também houve espaço para discussões sobre o papel das organizações da sociedade civil na implementação de políticas públicas em

áreas como assistência social, educação, cultura e direitos humanos.

Os participantes ressaltaram que essas entidades atuam em diferentes regiões da cidade e frequentemente complementam

serviços oferecidos pelo poder público, atendendo populações em situação de vulnerabilidade.

Parlamentares presentes afirmaram que o debate poderá contribuir para a formulação de propostas destinadas ao aperfeiçoamento da legislação e dos procedimentos administrativos relacionados às parcerias. A avaliação de participantes foi de que o diálogo entre governo, Legislativo e entidades é fundamental para ampliar a efetividade das políticas públicas executadas em conjunto.

A audiência integrou a agenda de discussões da Câmara sobre temas ligados à participação social e à gestão pública. As contribuições deverão subsidiar futuras análises e iniciativas para o fortalecimento das organizações da sociedade civil e ao aprimoramento dos mecanismos de cooperação com o poder público.